

MULHERES COM DEFICIÊNCIA E SEUS LUGARES DE FALA: REFLEXÕES SOBRE LUTA, REPRESENTATIVIDADE E JUSTIÇA SOCIAL



<https://doi.org/10.22533/at.ed.909112519039>

Data de aceite: 14/05/2025

Crisóstomo Lima Do Nascimento

Professor da Universidade Federal Fluminense e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Norte Fluminense

Rafaela Batista Carvalho De Pina

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense

Raiza Sepulveda Da Cruz

Aluna especial de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense

RESUMO: Na sociedade da pós-modernidade, caracterizada pela tecnologia, produtividade e fragmentação as mulheres com deficiência enfrentam desafios únicos, decorrentes da interseção entre gênero e deficiência. Suas vidas são frequentemente atravessadas por barreiras físicas, sociais e atitudinais que obstaculizam suas experiências existenciais, a garantia de seus direitos de Ser e assim, uma participação plena na sociedade. Tal interseção também dialoga com outros mecanismos de

opressão como racismo e etarismo o que torna o enfrentamento a esses desafios interseccionais ainda mais significativo. Assim, o reconhecimento e a ampliação do lugar de fala são elementos cruciais em prol do empoderamento e emancipação das mulheres com deficiência, ao reconhecer e valorizar o protagonismo das suas vozes. Na elaboração deste artigo, realizaram-se pesquisas bibliográficas acerca de artigos científicos sobre o tema abordado, utilizando-se autores como Bauman (2011), Diniz (2007, 2022), Foucault (1996), Han (2022), Ribeiro (2017), Vattimo (1992), dentre outros. O referido trabalho tem como principal intuito um movimento contra hegemônico de reflexão e diálogo sobre o lugar de fala, e por assim dizer, de protagonismo da mulher com deficiência na sociedade contemporânea. Logo, políticas públicas, ações acadêmicas e sociais são imprescindíveis no combate ao silenciamento e a invisibilidade dessas vidas possibilitando uma genuína reivindicação de humanidade.

Palavras-chave: Deficiência, Mulheres, Emancipação, Sociedade, Inclusão.

WOMEN WITH DISABILITIES AND THEIR SPEAKING PLACES: REFLECTIONS ON STRUGGLE, REPRESENTATION AND SOCIAL JUSTICE

ABSTRACT: In postmodern society, characterized by technology, productivity, and fragmentation, women with disabilities face unique challenges arising from the intersection of gender and disability. Their lives are often traversed by physical, social, and attitudinal barriers that hinder their existential experiences, the guarantee of their rights as beings, and thus full participation in society. This intersection also interacts with other mechanisms of oppression such as racism and ageism, making the confrontation of these intersectional challenges even more significant. Thus, the recognition and expansion of their “place of speech” are crucial elements for the empowerment and emancipation of women with disabilities by recognizing and valuing the prominence of their voices. In the preparation of this article, bibliographic research was conducted on scientific articles related to the topic, using authors such as Bauman (2011), Diniz (2007, 2022), Foucault (1996), Han (2022), Ribeiro (2017), Vattimo (1992), among others. The main aim of this work is to promote a counter-hegemonic movement of reflection and dialogue about the “place of speech,” and consequently, the prominence of women with disabilities in contemporary society. Therefore, public policies, academic, and social actions are indispensable in combating the silencing and invisibility of these lives, enabling a genuine claim to humanity.

KEYWORDS: Disability, Women, Emancipation, Society, Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo intenta uma reflexão sobre quais são os lugares existenciais das mulheres com deficiência na sociedade atual. Para compreender esse cenário, é importante debruçar-se no percurso histórico da deficiência, suas rupturas e desdobramentos bem como, sua interface ao modelo contemporâneo das relações sociais vigentes.

Assim, refletir sobre o modelo de deficiência também é pensar sobre os mecanismos de opressão que incidem sobre sua gênese. Para contribuir nessa compreensão, diferentes autores foram elencados no presente estudo e que desenvolvem suas pesquisas sobre sociedade contemporânea, deficiência, capacitismo, interseccionalidade, movimentos feministas e inclusão, estabelecendo assim uma interface com o tema em estudo.

O objetivo desse trabalho é apresentar e discutir como a mulher com deficiência é duplamente atingida pelo capacitismo e pelo sexismo tendo com isso maiores obstáculos de equalização de seus direitos e protagonismo na sociedade. Também intenta-se refletir sobre a natureza da nossa sociedade e como esses mecanismos interseccionais de opressão, são estruturalmente sustentados e (re) produzidos na contemporaneidade das nossas relações individuais e coletivas.

METODOLOGIA

A compreensão sobre os procedimentos metodológicos deste estudo é de fundamental importância para se elucidar o objetivo geral da pesquisa. Assim, elegeu-se a metodologia de natureza qualitativa, pois considera uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito sendo o processo e seu significado os focos principais de abordagem (PRODANOV & FREITAS, 2013).

A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica acerca dos temas de pesquisa buscando um aprofundamento das temáticas, corroborando uma relação dialética entre os elementos de discussão: deficiência, gênero, sociedade, inclusão partindo de uma compreensão crítica dos fenômenos e da relevância epistemológica de cada um na existência experiencial individual e coletiva.

OS LUGARES DE FALA NA CONTEMPORANEIDADE

A sociedade pós-moderna ou também chamada contemporânea é caracterizada por uma série de transformações econômicas, tecnológicas, culturais e sociais que marcam o período posterior ao da sociedade moderna. Essa transição frequentemente associada ao final do século XX e início do século XXI, acarretou mudanças profundas nos modos de produção, de comunicação, por conseguinte, de viver em sociedade (VATTIMO, 1996).

O intenso desenvolvimento científico e tecnológico, a revolução da comunicação digital, o redesdobramento do capitalismo ensejado nos padrões de consumo e de mercado, contribuíram fortemente para a estruturação de novas instâncias de identidade, conhecimento e poder. Segundo Foucault (2008) esse poder ancorado em um constructo de verdade, seja pelos discursos sancionados, seja pelos movimentos de sua própria organização, incorpora-se na sociedade sem a devida consciência e reflexão.

A estruturação da sociedade atual também se perfaz marcada pelo relativismo e pela alienação da humanidade. Bauman (2011) faz considerações importantes sobre o foco nas preocupações autocentradas, e alerta sobre a dependência da qualidade da vida em seu aspecto individual ao plano social, e de que, sem essa perspectiva de ação social compartilhada, pouco será feito em favor da vida humana.

Esse cenário, agudiza-se no modo de produção capitalista, no acúmulo de renda, na divisão de classes, e, sobretudo na intensificação das desigualdades sociais. A sociedade contemporânea funciona como um grande espaço onde a categorização em grupos identifica e seleciona os privilegiados e os vulnerabilizados, o que enuncia uma condição estrutural-excludente de humanidade (RIBEIRO, 2017). Segundo Bauman (2011) todos são livres, mas muitas são as vidas privadas desse lugar, de exercício pleno de humanidade.

Para Bauman (2011) a centralidade conceitual está na natureza da liberdade. Ser livre significa mais que a ausência de um poder que inibe o arbítrio. Significa a capacidade de exercer uma liberdade legítima ao determinar as suas escolhas de maneira legítima. Para o autor, liberdade e dignidade partilham uma coexistência fundamental para a constituição de uma sociedade dignificada.

A sociedade da pós-modernidade também é caracterizada pela avalanche de informação, de avidez tecnológica e que abastece as relações humanas em um aspecto cumulativo e deformador. A conexão digital total e a comunicação total não oportunizam o encontro com o outro. Primeiro conduzem pelo estranho e pelo outro até o igual e o de igual tendência, para que o âmbito de nossa experiência se perfaça cada vez mais estreito (HAN, 2022). Dessa forma, vivemos em uma sociedade que acumula informação, mas que não considera o outro em sua realidade de existência, em seu entorno de complexidade.

Vattimo (1996) reforça tal argumento ao destacar o efeito emancipatório da libertação das diferenças em prol da autenticidade de manifestar o que cada um é verdadeiramente. A possibilidade de convergir a uma consciência intensa das historicidades que compõem todas as vidas principalmente, as vulnerabilizadas.

Nesse sentido, reverberam-se importantes considerações sobre a urgência de um novo modelo de sociedade, veemente em reconhecer e valorizar as vozes de grupos historicamente marginalizados. Ribeiro (2017) por meio de uma análise profunda acerca das dinâmicas de poder que silenciam determinados grupos sociais delimita o que a autora chama de lugar de fala. A necessária reflexão sobre a aplicação dos conceitos de identidade, opressão e representatividade, promove esse lugar, caracterizado em essência, por protagonismo e autenticidade e permearia uma nova condição de sujeitos ativos a partir de um processo histórico de luta, de resistências e também, de reexistências.

A autora enfatiza a importância da identidade e da perspectiva de subjetividade ancorada nas experiências individuais e sociais de cada indivíduo. Assim, o lugar de fala de cada vida configura-se como uma oportunidade única de expressão de humanidade, rompendo com o colonialismo e as estruturas dominantes de poder em seus aspectos interseccionais de raça, gênero, classe e outras designações identitárias. Esses reconhecimentos contribuem para a extrapolação dessa natureza subjetiva, não somente valorizando todas as vidas, mas também as narrativas e atravessamentos que cada uma traz consigo em suas experiências e em seu DNA social.

Confrontar a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas *pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros* (RIBEIRO, 2017, p.18).

A busca por uma compreensão mais aprofundada sobre lugar de fala na sociedade contemporânea direciona a perspectiva de que muitos grupos são silenciados em suas vozes, e suas vidas invisibilizadas por mecanismos de opressão e poder. Esses mecanismos, geradores de discriminação são materializados no racismo, etarismo, sexismo, capacitismo e incorporados nas relações com o outro, através da linguagem, dos comportamentos, das mídias digitais, e a priori dos próprios lugares de fala não habitados por todas as pessoas.

Em um caráter estrutural, estão impregnados nas ações do cotidiano e como mecanismos de segregação acabam por incutir a ideia de inferioridade, e de deslegitimidade do outro. A urgência de representatividade dos negros, mulheres, idosos e pessoas com deficiência indica então, não somente a necessidade de presença, mas também requisita a influência e poder de decisão dessas vidas portanto, de autonomia e emancipação (RIBEIRO, 2017).

Compreender, portanto, o lugar de fala dos grupos historicamente vulnerabilizados é conceber a importância de repensar o locus social da mulher, e para além dessa perspectiva como a mulher com deficiência tem significado suas experiências a partir de um modelo de sociedade excludente e paternalista. Pensar o próprio conceito de ser mulher e os aspectos interseccionais que atravessam a existência da mulher com deficiência é reivindicar em uma perspectiva crítica a ruptura de modelos hegemônico haja visto que a própria história testifica esse percurso de desigualdade.

A MULHER COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

Historicamente, o conceito de deficiência foi construído de acordo com as percepções culturais e sociais, mas sempre relacionando a pessoa com deficiência em um lugar de inferioridade e de exclusão. A incidência desse caráter de discriminação sempre foi historicamente maior nas mulheres do que nos homens.

Na antiguidade, as pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas e suas vidas consideradas sinais de desgraça ou castigo divino. Em Roma, crianças nascidas com deficiência eram sacrificadas, uma prática comum para a época. Em Esparta, eram lançadas em despenhadeiros porque não se encaixavam no padrão de beleza e força. A deficiência era sinônimo de algo maligno, um infortúnio da natureza humana. (MONTEIRO et al, 2016).

Na Idade Média, com a forte influência política e social da Igreja, com o advento da escolástica e das universidades, a cultura cristã foi sendo construída e moldando o pensamento desse período. As pessoas com deficiência passam a ser consideradas também como filhas de Deus, detentoras de alma, merecendo assim, o direito à vida em uma perspectiva caritativa e de piedade. (MOISES & STOCKMANN, 2020). As Mulheres com deficiência, em particular, eram duplamente estigmatizadas: pela deficiência e pelo gênero. Eram frequentemente relegadas a um status inferior e muitas vezes impedidas de exercer direitos ou cuidados básicos em seus grupos sociais.

No Renascimento e o Iluminismo, com o fortalecimento científico e a razão antropocêntrica surge a percepção de que as pessoas com deficiência são capazes de aprender. No entanto, as ações nesse sentido foram discretamente incorporadas com ênfase à educação de pessoas surdas e cegas (MONTEIRO et al, 2016). A educação institucional, assim chamada posteriormente de educação especial ainda teria um longo caminho a ser trilhado. Essas ações iniciais não foram suficientes para uma inclusão legítima e as práticas discriminatórias ainda se faziam presentes. As pessoas com deficiência, inclusive as mulheres, ainda enfrentavam muitos preconceitos, com ínfima participação na sociedade.

Já na sociedade moderna, com a ascensão da medicina, assenta-se o conceito de “medicalização” da deficiência passando a ser concebida como um problema individual, uma condição que requisita tratamento. (MOISES & STOCKMANN, 2020). As mulheres com deficiência antes marginalizadas, agora passam a ser submetidas a tratamentos invasivos, com a promessa de cura, sendo alguns sem consentimento. Nesse período, também ocorreu a disseminação do movimento de eugenia que teve início nos Estados Unidos e logo repercutiu em outros países, inclusive no Brasil. Também conhecida como ciência do bem-nascido, a eugenia visava o “melhoramento” das características genéticas humanas, incentivando o nascimento de filhos “sadios” e “sem defeitos”. Esse movimento fomentou práticas antiéticas como os casamentos seletivos e a esterilização compulsória, pois consideravam pessoas não-brancas, com deficiência, ciganos, pobres e outras classes socialmente “inadequadas” como inferiores, e por isso, não mereciam gerar descendentes.

Também inspirou as práticas abomináveis do horror nazista, os campos de concentração e o extermínio de milhões de vidas humanas (GESSER et al, 2020).

No âmbito do pensamento eugênico, muitos abortos sem consentimento foram realizados em mulheres com deficiência. Práticas de estupro e abuso a essas mulheres, muitas vezes foram ignoradas e o grito de socorro de suas vozes silenciado por uma sociedade narcísica e arbitrária na categorização das vidas, no conceito de norma e desvio que fragiliza e reduz a vida humana em tipologias de valor (DINIZ & GERBARA, 2022).

Diante do horror dos campos de concentração e do holocausto a sociedade passa a renegar o pensamento eugênico e suas práticas até então afiançadas pela ciência. Mesmo assim, ainda vivenciamos uma espécie de eugenia camuflada e sofisticada materializada nos costumes e comportamentos. Campos de concentração foram extintos, mas ainda hoje milhares de mulheres sofrem violência doméstica, são vítimas de estupro, são mortas por mostrarem seu rosto ou por adentrar os bancos escolares. A indiferença e o preconceito ainda existem e (re) produzem violências silenciadas e banalizadas nos conflitos bélicos e também no cotidiano. As crises humanitárias são múltiplas e urgentes e nos alertam de que não aprendemos as devidas lições sobre as experiências do passado.

Adentrando na sociedade atual, chamada de contemporânea ou pós-moderna vivemos uma nova perspectiva ensejada nos primeiros estudos sobre um modelo social de deficiência, criticando o modelo médico predominante. A teoria social ressalta a deficiência como resultante das barreiras físicas e atitudinais, que obstaculizam o acesso e o protagonismo das pessoas com deficiência. Nesse sentido, a pessoa não é definida pela deficiência, pois é a sociedade que precisa garantir o cumprimento dos seus direitos. (DINIZ, 2007).

No modelo social, a deficiência é percebida como um modo de vida, uma possibilidade de existência dignificada e constituinte da condição humana, em um exercício de cidadania, com direitos e deveres. As experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não se localizam na lesão do corpo, mas na perspectiva corponormativa da sociedade e na sua inabilidade, de responder à diversidade corporal/funcional (MELLO et al, 2014).

Com esse novo paradigma, houve um movimento importante na criação de leis e práticas inclusivas, contribuindo para importantes mudanças de ordem, econômica, política e social. Assim, as mulheres com deficiência começam a se organizar em prol do reconhecimento de seus direitos e de seu lugar de fala na sociedade. Segundo Ribeiro (2017, p.30) “quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência”.

No entanto, apesar dos avanços expressivos a sociedade contemporânea ainda é revestida por concepções discriminatórias. Atualmente, esse tipo de preconceito, direcionado às pessoas com deficiência tem sido designado internacionalmente na literatura científica como capacitismo.

O Capacitismo refere-se a um conjunto de crenças, comportamentos e percepções de discriminação às pessoas que apresentam algum tipo de deficiência (física, sensorial ou intelectual). Esse preconceito se manifesta de diferentes maneiras no espaço social, desde a materialização de barreiras físicas, dificultando o acesso aos lugares de fala e ação até as barreiras atitudinais, que expressam muito incisivamente os mecanismos de opressão que se fazem presentes no cotidiano através da linguagem, dos comportamentos, das estruturas institucionais, das instâncias públicas e privadas, assim sendo, na existência do eu e do outro. O capacitismo engendra-se então como um mecanismo de discriminação estrutural e estruturante na sociedade (GESSER et al, 2020).

O conceito de deficiência ainda é condicionado a uma perspectiva de norma e desvio, a um padrão binário de corponormatividade que incide sobre os corpos com lesão e que assim, delineiam relações de poder e desigualdade. A deficiência é ainda considerada como uma categoria de discriminação, e nesse sentido, o capacitismo atua tecendo a hierarquia dessas corporalidades, categorizando os sujeitos inviabilizando suas vozes e também a consciência de uma vivência legítima. Importante ressaltar, que o capacitismo também se aperfeiçoa no sistema capitalista, no estabelecimento de um ideal de corponormatividade que reforça a manutenção e aprimoramento desse sistema econômico (GESSER et al, 2020).

A marginalização das vidas com deficiência alerta para importantes enfrentamentos e a necessária ruptura dos discursos hegemônicos. Se para a pessoa com deficiência, essas barreiras já causam profundo impacto na maneira de experienciar o mundo, a mulher com deficiência vivencia uma sobreposição de preconceitos, subordinada à um contexto interseccional de desigualdade. Tal cenário produz uma lacuna epistemológica que sujeita essas pessoas a uma realidade de estigmatização, dentro de um grupo considerado o inferior, o subalternizado, o diferente (SOUZA et al, 2021).

De acordo com Mello (2020) as mulheres com deficiência são atravessadas pela expressão dos significados construídos em torno de gênero e deficiência entendidos como a relação entre o corpo com impedimentos e pelas relações de poder impostas pela sociedade. Desse modo, atenta-se para o sujeito mulher, que abarca múltiplas representações e de forma transversal, as especificidades de cada segmento que denota a complexidade e a heterogeneidade da categoria mulher, e consequentemente, os componentes sociais envolvidos nas perspectivas de interseção entre gênero e deficiência.

Essa dimensão de caráter antropológico contribui em ampliar a investigação sobre como as mulheres com deficiência percebem suas existências, e a natureza das violências (físicas, psicológicas e simbólicas) que perpassam suas vidas.

A MULHER COM DEFICIÊNCIA E A ESPERANÇA FEMINISTA

Conforme visto até aqui, as mulheres com deficiência enfrentam desafios singulares e urgentes, permeados pela contemporaneidade. Tais desafios denunciam os moldes da própria sociedade posicionando os modos de viver da mulher com deficiência em ditames de exclusão e desigualdade. Nesse sentido, Diniz & Gerbara (2022) destacam o feminismo, como um movimento engajado na discussão e enfrentamento de tais questões, enfatizando a necessidade de políticas e práticas que reflexionem as interseccionalidades sobre gênero e deficiência em prol de justiça social e empoderamento das mulheres. A visão feminista assim, incentiva a valorização e incorporação das vozes de todas as mulheres em todos os níveis de decisão, sendo fundamental na conquista do lugar de fala, a priori, de luta e emancipação (Ribeiro, 2017).

O enfoque do modelo feminista abarca uma concepção expandida e ultrapassa a construção de um modelo de protagonismo universal. Não se trata do sujeito mulher conquistar direitos e representar a categoria mulher. Mais do que isso, é reconhecer as individualidades e subjetividades de cada mulher como ser único, atravessada por inúmeras experiências que (re) significam sua existência conferindo legitimidade. Segundo Diniz (2022), a perspectiva feminista requisita centralidade das vivências, o que exige persistência e estranhamento, escutar ao invés de ouvir, uma redefinição nos modos de interação com o conhecimento acerca dos direitos, das experiências e da sociedade. Ribeiro (2017) também reforça tais afirmações considerando que:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora de poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017. P. 32)

Assim, cada mulher vai experienciar suas lutas e dificuldades de maneira única e particular. Uma mulher negra com deficiência pode vivenciar com maior impacto os mesmos atravessamentos de uma mulher branca com deficiência, em virtude do racismo como um mecanismo adicional de opressão. Cada mulher enfrenta seus desafios de maneira única e a compreensão desses atravessamentos é salutar rumo a luta pelo lugar de fala.

De acordo com Diniz (2022) esse importante exercício de escuta feminista é constante e incompleto sempre com o intuito de incomodar, de deslocar o eixo do vivido para uma condição reflexiva de desconstrução. Segundo as autoras, a pedagogia feminista aproxima a diversidade dos corpos, os contextos de vida tentando a ruptura com as relações de poder e de dogma patriarcal que discrimina, submete e oprime. Assim, convergindo com Ribeiro (2017) trata-se de pensar sobre como tem sido a sobrevivência das mulheres, em um contexto de luta e resistência em prol de uma insurgência de equidade - de uma vida digna.

Gerbara (2022) aborda o movimento feminista e sua dimensão híbrida de ação crítica que valoriza a historicidade uma de cada mulher e também, a construção coletiva, de ouvir e gritar as opressões. Mulheres negras, estrangeiras, sem-teto, com deficiência, indígenas. Todas formam uma dialética plena de luta e representação de seus corpos, em suas vivências singulares. Segundo a autora, naturalizar é tornar natural o que é simplesmente um dado de cultura ou uma decisão emanada do poder estabelecido. Hoje descobrimos que é possível sair dessa invenção da sociedade, é possível mudar as visões e as regras do jogo cultural e sóciopolítico.

Pensar acerca das mulheres com deficiência, na perspectiva feminista é então, refletir sobre a materialização das barreiras que essas mulheres vivenciam cotidianamente. Garantir aos seus corpos acesso à saúde, ao direito reprodutivo, à educação inclusiva, ao emprego digno, e, por conseguinte, tangenciar caminhos possíveis ao lugar de fala a que todas as mulheres com deficiência têm direito manifestando suas limitações e potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o contexto das mulheres com deficiência na sociedade contemporânea é essencial e urgente. Incluir as vozes das mulheres com deficiência em todas as esferas da sociedade, conceber o reconhecimento de seus direitos e a legitimidade de suas existências devem ser parte integrante das políticas públicas e dos movimentos sociais. Envolve a criação de espaços inclusivos e acessíveis, bem como o desenvolvimento de narrativas e práticas que desafiem os estereótipos e preconceitos enraizados em nosso sistema social.

A luta contra o capacitismo, e outras categorias de discriminação exige uma reestruturação profunda das normas sociais e institucionais, permitindo a verdadeira inclusão e participação de todas as vidas. A perspectiva feminista, com sua ênfase na interseccionalidade e na valorização das experiências individuais, oferece um caminho promissor para o empoderamento e a emancipação das mulheres com deficiência, reconhecendo suas vozes e conferindo assim, um lugar legítimo de fala na sociedade.

Essa desconstrução precisa ser constante e deve incomodar nosso conjunto de crenças e comportamentos que têm sustentado modelos de discriminação. Esses modos estruturais dificultam o modo de olhar o outro como uma extensão de nós mesmos na expressão da diversidade que constitui cada vida humana.

Os lugares de fala das mulheres com deficiência devem ser por essência protagonizados por suas subjetividades favorecendo a participação e emancipação de suas vidas. Portanto, a compreensão dos lugares de fala na sociedade contemporânea implica uma crítica profunda às dinâmicas de poder existentes e uma reflexão sobre como essas vozes podem ser legitimadas e amplificadas. Somente assim será possível a (des) construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todas as vidas possam ser valorizadas e respeitadas em uma perspectiva plena de humanidade.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Bauman sobre Bauman, diálogos com Keith Tester. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. **Rio de Janeiro: Zahar**, 2011.
- DINIZ, Debora, O que é deficiência. **Coleção Primeiros Passos**: Brasiliense. São Paulo, 2007.
- DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rosa dos Tempos, 2022.
- DE SOUZA, Iara Antunes; RIBEIRO, Karine Lemos Gomes; CARVALHO, Daniele Aparecyda Vali. Feminismo decolonial e mulheres com deficiência: novos direitos e vulnerabilidades. **Revista Direitos Fundamentais e Alteridade**, v. 5, n. 1, p. 136- 162, 2021.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. **Edições Loyola**, 1996.
- HAN, Byung- Chul. A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje. Petrópolis: Vozes, 2022.

GESSER, M.; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena. Estudos da deficiência. Curitiba: antipacitismo e emancipação social. **CRV editora**, 2020.

MELLO, Anahí Guedes de et al. Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. **Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC.**

MOISES, Ronaldo Rodrigues; STOCKMANN, Daniel. A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos. **History of Education in Latin America-HistELA**, v. 3, p. e20780-e20780, 2020.

MONTEIRO, Carlos Henrique Medeiros et al. Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. **Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, v. 2, n. 3, p. 221-233, 2016.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. **Pólen Produção Editorial LTDA**, 2019. VATTIMO, Gianni. Sociedade transparente. Tradução Hossein Shooja e Isabel Santos. **Lisboa: Relógio D'Água Editores**, 1992.